

São Paulo, sábado, 17 de julho de 2010

### **Aluno de pós poderá acumular bolsa e atividade remunerada**

CNPq e Capes permitirão trabalho relacionado à área de pesquisa

RICARDO MIOTO  
DE SÃO PAULO

Alunos de pós-graduação do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico) e da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) poderão agora acumular suas bolsas com outras atividades remuneradas.

A "antiga reivindicação dos bolsistas", nas palavras dos CNPq, foi atendida ontem, quando uma portaria assinada pelos presidentes dos órgãos, Carlos Aragão, do CNPq, e Jorge Guimarães, da Capes, foi publicada no Diário Oficial da União. A Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) já adotava política semelhante para bolsistas.

As atividades, porém, terão de ser aprovadas pelos orientadores e informadas aos programas de pós-graduação. Devem estar "relacionadas à área" do estudante e ser "de interesse para sua formação", diz a portaria.

O texto cita "especialmente [atividades de] docência nos ensinos de qualquer grau". Segundo Aragão, os orientadores evitarão que os alunos dediquem um número excessivo de horas ao trabalho fora da universidade.

Muitos alunos bolsistas já complementavam sua renda com aulas antes da portaria. Os inquéritos criados, diz Aragão, eram "esforço inútil", porque é "muito recomendável que o aluno de pós exerça atividades didáticas".

"Além disso, há áreas como engenharia ou medicina, em que existia dificuldade para manter estudantes vinculados aos cursos de pós-graduação", diz. Os alunos recebiam ofertas de trabalho com boas remunerações, e era difícil evitar a evasão.

"A medida será boa para a interação com empresas", diz, argumentando que ela vai permitir que empresas se aproximem das universidades quando alunos de pós estiverem nos seus quadros.

## **País tem 148 instituições públicas de ensino superior com sistema de cotas**

Estudo da Educafro mostra que a maioria das ações é socioeconômica, mas há também as raciais, especialmente para negros. Enquanto projeto sobre o tema tramita no Congresso, as universidades têm autonomia para criar seus próprios modelos

17 de julho de 2010 | 0h 00

Mariana Mandelli - O Estado de S.Paulo

São 148 as instituições públicas de ensino superior do País que adotam algum tipo de cota em seus processos seletivos. A maioria das políticas de reserva de vagas identificadas é socioeconômica, mas uma parte é de cotas raciais - especialmente para negros. O levantamento, obtido com exclusividade pelo Estado, foi feito pela entidade Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro).

Enquanto o projeto que prevê 50% das vagas para alunos de escolas públicas e para negros tramita no Congresso, as universidades têm autonomia para criar seus próprios sistemas de cotas. Entre os vários tipos de ações há reserva de vagas para negros, quilombolas, indígenas, ex-alunos de escola pública, pessoas com deficiência, filhos de policiais mortos em serviço, estudantes com baixa renda familiar, professores da rede pública e residentes da cidade onde se localiza a instituição. O aumento de nota nas provas de seleção para determinados grupos também é considerado em grande parte das universidades públicas.

O estudo mapeou ações afirmativas no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Amazonas, Roraima, Pará, Acre, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe, Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Defensores das cotas comemoraram a adesão das universidades. "A mobilização dos negros para o debate das cotas está movimentando outros setores", diz frei David Raimundo dos Santos, da Educafro. Para ele, o principal desafio está nas grandes universidades, como a Universidade de São Paulo, que oferece, por meio do Programa de Inclusão Social da USP, o acréscimo na nota do vestibular para candidatos do ensino médio público.

Para Rafael Ferreira Silva, professor e pesquisador de ações afirmativas, as cotas são necessárias para suprir as desigualdades socioeconômicas do País. "Temos de resgatar as consequências de fatos históricos como a escravidão e a abolição. As diferenças são extremas", diz.

Para Valter Silvério, da Universidade Federal de São Carlos, a adesão das instituições se deve também ao respaldo popular que as ações afirmativas apresentam. "Os diferentes tipos de cotas refletem que as universidades estão discutindo seus próprios perfis."

### **Preconceito.**

A advogada Allyne Andrade, de 24 anos, que ingressou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro pelo sistema de cotas, diz que ainda existe preconceito no ambiente acadêmico. "Muitos professores achavam que a qualidade do ensino ia cair. A sociedade é racista."

Apesar de ser cotista, Maria de Lourdes Aguiar, de 24 anos, estudante de Medicina da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, critica o sistema. "Eu apoio até um certo limite, porque isso pode acabar tampando o sol com a peneira", opina.

José Carlos Miranda, do Movimento Negro Socialista, concorda. "Isso mostra a incompetência do Estado, que não oferece educação básica de qualidade", diz. "Cotas só são boas para quem usufrui delas. Elas não acabam com o racismo nem melhoram a mobilidade social. Motivo para comemorar é quando um estudante pobre entra na universidade pública sem cota."

### **Ações afirmativas**

#### **Cotas raciais**

Consistem em reservar parte das vagas da instituição de ensino superior para candidatos que sejam afrodescendentes ou indígenas, por exemplo.

**Cotas sociais**

São a reserva de vagas do vestibular para alunos formados em escolas públicas, pessoas com algum tipo de deficiência, estudantes com baixa renda familiar ou professores da rede pública, entre outros.

**Bônus**

É o acréscimo de pontos, por meio de valores fixos ou de porcentagens, na nota do vestibular de candidatos de determinadas condições sociais.

## Desempenho de cotistas fica acima da média

Mariana Mandelli - O Estado de S.Paulo

Estudos realizados pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e pela Universidade de Campinas (Unicamp) mostraram que o desempenho médio dos alunos que entraram na faculdade graças ao sistema de cotas é superior ao resultado alcançado pelos demais estudantes.

O primeiro levantamento sobre o tema, feito na Uerj em 2003, indicou que 49% dos cotistas foram aprovados em todas as disciplinas no primeiro semestre do ano, contra 47% dos estudantes que ingressaram pelo sistema regular.

No início de 2010, a universidade divulgou novo estudo, que constatou que, desde que foram instituídas as cotas, o índice de reprovações e a taxa de evasão totais permaneceram menores entre os beneficiados por políticas afirmativas.

A Unicamp, ao avaliar o desempenho dos alunos no ano de 2005, constatou que a média dos cotistas foi melhor que a dos demais colegas em 31 dos 56 cursos. Entre os cursos que os cotistas se destacaram estava o de Medicina, um dos mais concorridos - a média dos que vieram de escola pública ficou em 7,9; a dos demais foi de 7,6.

A mesma comparação, feita um ano depois, aumentou a vantagem: os egressos de escolas públicas tiveram média melhor em 34 cursos. A principal dificuldade do grupo estava em disciplinas que envolvem matemática.

## **Bolsista de pós poderá ter outra fonte de renda**

17 de julho de 2010 | 0h 00

Carolina Stanisci - O Estado de S.Paulo

ESPECIAL PARA O ESTADO

Uma portaria vai permitir que bolsistas matriculados em programas de pós-graduação beneficiados por agências de fomento possam receber remuneração de outras fontes. O documento foi assinado anteontem pelos presidentes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Guimarães, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Carlos Alberto Aragão.

A iniciativa atende a uma antiga reivindicação dos bolsistas. A partir de agora, eles poderão exercer atividades como a docência no ensino de qualquer grau.

"É uma ótima notícia. A remuneração que se tem hoje como bolsista é muito pequena e viver com isso é um sacrifício", diz o sociólogo José Guilherme Pereira Leite, de 34 anos, que acabou defender dissertação de mestrado na USP, com bolsa da Fapesp.

A agência paulista permite que o bolsista dê aulas por 8 horas semanais, sem vínculo empregatício. Os bolsistas não podem, segundo a portaria, ter ajuda financeira de outras agências e devem pedir autorização a seu orientador para ter o benefício.



19/07/2010 00h05 - Atualizado em 19/07/2010 06h27

## **Rede pública tem só duas escolas entre as 20 melhores do Enem 2009**

Entre as 20 piores, 19 são estaduais e uma é municipal. Novo exame permite comparação ao longo do tempo.

**Fernanda Nogueira e Vanessa Fajardo** Do G1, em São Paulo

A rede pública de ensino do Brasil tem apenas duas escolas entre as 20 melhores do país no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2009. Os dados foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) nesta segunda-feira (19). Entre as 20 escolas com as piores médias, 19 são estaduais e uma é municipal.

As escolas públicas bem colocadas são o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais, no 7º lugar, e o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-Uerj), que funciona na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ficou na 17ª posição.

[Confira a lista completa das escolas](#)

O Colégio Vértice, em São Paulo, foi o melhor colocado, com a média geral 749,70 pontos, incluindo a prova objetiva e a redação, feita pelos estudantes do último ano do ensino médio. No ano passado, a escola, que é particular, ficou na 10ª colocação.

O Instituto Dom Barreto, de Teresina, no Piauí, também particular, ficou com a segunda posição no ranking do Brasil, com 741,54 pontos, e o Colégio de São Bento, no Rio de Janeiro, foi a terceira melhor escola do país, com 741,32 pontos.

No lado oposto da lista, está a escola Escola Estadual Indígena Dom Pedro I, Santo Antônio de Itá, no Amazonas, que, com 249,25 pontos de média, ficou com a pior colocação do ranking do Enem.

O ranking do **G1** desconsidera escolas que ficaram sem média geral. Essas escolas tiveram menos de dez alunos no Enem e que realizaram uma das provas, objetiva e de redação, ou tiveram menos de 2% de participação no exame.

O Enem deste ano é o primeiro com o novo formato, de 180 questões, e com uma nova metodologia de cálculo, que permite a comparação ao longo do tempo. Em 2008, a prova tinha 63 questões e uma redação.

Baseado no modelo da Teoria de Resposta ao Item (TRI), o novo exame avalia a proficiência do candidato minimizando o grau de acertos por sorte e apontando habilidades e deficiências. Um aluno que teve menor pontuação do que outro pode apresentar resultado melhor, se os acertos se concentrarem nas questões que tiverem maior peso.

Segundo o Inep, 500 pontos é a média de todos os participantes do exame regularmente matriculados no terceiro ano do ensino médio regular em 2009. Os dados do Enem, mostram que 64% das escolas da rede pública ficaram acima dessa média. Sendo que 62,7% fizeram entre 500 e 600 pontos e 1,3% fizeram mais que 600 pontos.

Na rede particular, 98% das escolas ficaram acima da média. Sendo que 48,74% fizeram entre 500 e 600 pontos e 48,44% tiveram mais que 600 pontos.

O número de escolas de ensino médio regular com alunos que participaram do Enem aumentou de 24.253 em 2008 para 25.484 em 2009. Entre as 27.306 escolas que constam no Censo Escolar 2009 que oferecem o ensino médio regular, 93% tiveram alunos concluintes participando do exame.

Segundo o presidente do Inep, Joaquim José Soares Neto, é preciso levar em consideração que o exame é voluntário, por isso há muita variação na taxa de participação de cada escola. "Os estudantes que se inscreveram são os que tinham interesse", afirmou.

Para Neto, as informações do Enem por escola devem ser usadas para uma análise do que é preciso ser feito para o aumento da qualidade do ensino no país. "A partir dos dados, cada escola, município e estado pode fazer suas análises e buscar perspectivas de solução, focando na melhoria do ensino", afirmou.

A educadora e superintendente-executiva do Instituto Unibanco, Wanda Engel, também ressalta que o resultado do Enem não é universal. “Só faz quem quer e quem faz são os melhores alunos. Tem escolas particulares que cultivam seus alunos por 11 anos. Na escola pública, só aqueles que têm pretensão para ir à universidade fazem”, afirmou.

De acordo com o Inep, 2,4 milhões de candidatos participaram do Enem em 2009. Desses, 37% declararam estar concluindo o ensino médio no mesmo ano e 56% informaram que havia concluído o ensino médio em anos anteriores.

Wanda defende que o Enem seja obrigatório. “Não tem nenhum exame obrigatório do final do ensino médio. Precisávamos que fosse universal para realmente podermos comparar”, afirmou. De acordo com Neto, não há discussões no Inep sobre a possibilidade de o exame se tornar obrigatório.

Para a educadora, apesar de os dados do Enem 2009 mostrarem que as escolas públicas ainda não estão entre as melhores, nos últimos seis anos, houve um esforço de melhoria na rede. “As escolas públicas vêm, de alguma forma, melhorando bastante na pontuação. Estão tentando se aperfeiçoar, principalmente em estados como Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Distrito Federal”, disse Wanda.

A educadora afirma ainda que o ranking das 20 melhores do país mostra ainda que a qualidade do ensino está se espalhando. “Há escolas de estados fora do Sudeste e Sul entre as melhores, como escolas do Piauí e de Mato Grosso do Sul”, disse.

Sobre o mau desempenho da Escola Estadual Indígena Dom Pedro I, a assessoria de comunicação da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas informou que só irá se pronunciar sobre os resultados quando o Ministério da Educação e o Inep disponibilizarem oficialmente os dados.

<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2010/07/rede-publica-tem-so-duas-escolas-entre-20-melhores-do-enem-2009.html>

## **A DESLEALDADE DO EMPREGADO**

**José Pio Martins**, economista, é reitor da Universidade Positivo.

Alguns empresários têm revelado um misto de preocupação e raiva com o elevado número de ações trabalhistas movidas por empregados demitidos. Um chegou a dizer que “a relação entre empregadores e empregados piorou, não há mais confiança nem lealdade; é uma relação hostil, de adversidade mútua”. Vale a pena discutir o que há por trás disso.

Nos últimos quarenta anos, a lógica do emprego mudou muito. Até por volta dos anos sessenta, o empregado ingressava na empresa com a expectativa de, em condições normais, nela permanecer até a aposentadoria. No Brasil, até 1966 vigorou a lei que dava estabilidade no emprego para quem completasse dez anos de casa; após esse tempo, a demissão somente era possível em certas circunstâncias e com indenização bastante pesada. Tal regra até podia fazer sentido em um mercado de vendas estáveis e tecnologia imutável. Como tal realidade deixara de existir, a lei da estabilidade foi revogada e, em 1966, foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), depositado pelo empregador para indenizar o empregado demitido.

Em situação de mercado quase imutável, em que a empresa esperava sobreviver por muitas décadas, a estabilidade do trabalhador era razoável, e a relação trabalhista pautava-se por obediência incondicional e lealdade servil. A consequência era que, diante da expectativa do empregado permanecer no mesmo emprego a vida toda, o número de ações trabalhistas não era elevado. Tal lógica, entretanto, foi quebrada; não pelos empregados, mas pelas empresas que, premidas pela concorrência e tendo sua existência ameaçada, começaram a aumentar a rotatividade da mão de obra.

Nas últimas décadas, as demissões cresceram. A revolução tecnológica apressou as mudanças nos processos produtivos, impôs redução de custos, acirrou a competição, e as empresas se viram diante de cenários duros, nos quais a regra é renovar ou morrer. As demissões tornaram-se mais frequentes e o tempo médio no emprego foi reduzido. O preço da nova realidade foi a perda da lealdade, tal como era conhecida até então. O trabalhador, sentindo-se desprotegido e com seu emprego sempre ameaçado, passou a ter de se preocupar mais consigo, com sua carreira e com seu treinamento do que com lealdade à empresa.

Além de ter que cuidar da gestão da sua carreira, e não apenas do emprego atual, o trabalhador vive em ambiente de instabilidade e passível de ser dispensado a qualquer momento. Assim, é normal que ele se sinta inseguro e sofra certa tortura psicológica, sobretudo ao imaginar que pode ser demitido após anos de casa, sem que ninguém lhe pergunte sobre sua família, como estão seus filhos, como ele irá sobreviver ou como vão suas finanças pessoais. A expectativa de viver essa situação (e milhões a vivem todos os anos) contribui para que o empregado adote o pensamento de “primeiro eu, depois o patrão”. E nada há de errado nisso. O erro é achar que, no mundo moderno, o ambiente corporativo possa ser pautado por obediência total e lealdade incondicional.

O empresário que reclama das ações trabalhistas está sendo ingênuo ao achar que o problema está inscrito na esfera da bondade ou da maldade. Na nova relação contratual, o que se espera do empregado é que seja ético e eficiente, e, do empregador, que pague salários de mercado, cumpra as leis trabalhistas e dê tratamento digno ao empregado. Uma desculpa usada por empregadores que descumprem a legislação trabalhista é que as leis são confusas e incompatíveis com o mundo moderno. Até há verdade nisso; o que não justifica transgressões legais nem tratamento pouco digno ao empregado.

Particularmente, penso que a legislação trabalhista precisa ser melhorada e ajustada à economia moderna, que é complexa e não uniforme. A contrapartida deve ser a adoção de, entre outras, algumas medidas: a) endurecimento das punições a empregadores que dão tratamento indigno aos seus empregados; b) solução rápida dos conflitos trabalhistas; c) criação de instâncias não judiciais de mediação e arbitragem das demandas; d) melhoria dos fundos sociais de amparo ao desempregado.